

# PENSAMENTO E AÇÃO DO MOBRAL

**PROJETO  
CIDADANIA**  
MUDAR COMEÇA POR EDUCAR



7 007 F

**Presidente da República**  
**JOSÉ SARNEY**

**Ministro da Educação**  
**MARCO MACIEL**

**Secretário-Geral**  
**EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL**

**Secretário de Ensino de 1º e 2º Graus**  
**ALOÍSIO SOTERO**

**Presidente do MOBRAF**  
**VICENTE BARRETTO**

Ministério da Educação — MEC  
Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus — SEPS  
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL

# PENSAMENTO E AÇÃO DO MOBRAL

**PROJETO  
CIDADANIA**  
MUDAR COMEÇA POR EDUCAR



mobral

Rio de Janeiro, 1985

*"Facilitar a alfabetização e a educação básica é um serviço fundamental que se presta a uma multidão de marginalizados. Um homem que aprende a ler e a escrever compreende melhor a necessidade da higiene, tem mais possibilidade de cuidar da saúde, conhece melhor os próprios direitos e deveres, sente o desejo de participar, começa a pôr-se de pé, começa a realizar a própria libertação, não a que lhe querem impor, mas a que lhe convém".*

*João Paulo II*

DIVISÃO DE ...

BILL TELA

REGISTRO N.º 7007F

ORIGEM doação

CR\$ 30,00

DATA 06/04/82

## INTRODUÇÃO

Este documento contém as diretrizes gerais do MOBRAL e pretende servir de princípio norteador para as ações educativas não-formais, específicas desta Instituição. As ações educativas não-formais deverão colaborar e complementar o esforço desenvolvido pela escola na luta contra o analfabetismo.

O número preocupante de população analfabeta, e com 1º grau incompleto, no Brasil, fez com que o Governo, através do Ministério da Educação, desse prioridade à educação básica, como forma de conter o crescimento do analfabetismo. O MOBRAL participa desse esforço, ao concentrar suas ações na expansão da educação básica, proporcionando a jovens e adultos que se encontram fora da escola a oportunidade de saber ler, compreender, escrever, dominar as quatro operações fundamentais da matemática e ter noções de história e de geografia.

A ação educativa do MOBRAL procura assegurar os conhecimentos básicos para que jovens e adultos possam, se assim desejarem, continuar seus estudos na escola.

A educação básica implica, portanto, o domínio dos conhecimentos essenciais para o cidadão moderno. Daí o entendimento de que o processo de mudança social, anseio da sociedade brasileira, somente poderá realizar-se com uma população alfabetizada.

Neste sentido, mudar começa por educar.

A alfabetização e a educação básica farão com que jovens e adultos à margem da escola se tornem cidadãos capazes de compreender o mundo, julgar, raciocinar, debater e mudar suas circunstâncias. A educação de massa de qualidade, através da escola, e por meios não-formais, é a condição mínima para o exercício da cidadania no regime democrático.

## 1. O MOBRAL E SEU PAPEL INSTITUCIONAL

A situação da educação brasileira configura-se como um "estado de urgência", que está a exigir da Nova República a elaboração de respostas eficientes e rápidas para a reversão da atual e complexa problemática socioeducacional.

Faz-se necessário, portanto, um novo pensar e fazer educativos, centrados nas condições concretas de vida da grande maioria do povo brasileiro, tradicionalmente excluída do circuito dos serviços sociais do Estado.

Caberá ao MOBRAL, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, inserir-se neste grande esforço coletivo através de ações educativas, na modalidade não-formal, aportando expressiva contribuição à Nação no combate ao analfabetismo, na expansão da escolaridade global da população brasileira e na capacitação e qualificação de seus professores leigos. A ação do MOBRAL e seus objetivos institucionais devem ser situados numa perspectiva histórica de gradual reformulação, diretamente proporcional ao movimento de expansão numérica e de qualificação do sistema formal de ensino.

A atual reorientação do MOBRAL procura assegurar oportunidades de educação básica à parcela da população impossibilitada de acesso ou permanência no sistema regular de ensino.

O programa de educação básica, estruturado no princípio de módulos subseqüentes e integrados, permitirá, aos jovens e adultos, não só uma escolarização mínima, correspondente às quatro primeiras séries do 1º grau, mas, abrirá oportunidades de continuidade dos estudos em termos de futura inserção no sistema regular de ensino.

Por outro lado, a eficiência da ação educativa passa pela questão da qualidade do professor, principalmente o chamado professor não-titulado, leigo, cuja concentração quantitativa ocorre, principalmente, nas zonas rurais e em estados mais pobres da Federação brasileira. Por essa razão, caberá ao MOBRAL desenvolver programas de capacitação e qualificação do seu professor leigo.

Para tal, a programação do MOBRAL prevê o estabelecimento de conteúdos mínimos educacionais a serem garantidos universalmente, para o pleno exercício da cidadania. Contudo, esses conteúdos mínimos educacionais não excluem o desenvolvimento de processos e ações educativas diversificadas, adequadas às condições concretas dos espaços geofísicos, econômicos e sociais nos quais a população atendida se encontra inserida.

Aliada a essas reorientações da política educacional do MOBRAL, novas propostas de modernização tecnológica e acompanhamento sistemático e avaliativo ocorrerão, dando-se ênfase à capacitação das equipes técnicas do MOBRAL, tornando sua rede mais eficiente pedagogicamente e ágil em suas relações com os municípios brasileiros.

## 2. EDUCAÇÃO PARA TODOS

O documento *Educação para Todos, Caminho para a Mudança* estabelece os objetivos prioritários da política educacional da Nova República e determina o compromisso com a Nação de educação fundamental para todos.

“A educação deverá ser, então, efetivada como uma ação eminentemente democrática, tratada dentro de uma perspectiva ampla e global requerida pela sociedade. A educação básica, direito de todos os cidadãos e de plena responsabilidade da sociedade brasileira, deverá alcançar sua universalização com a participação ativa de todos os seus segmentos” (1). Oferecer, de fato, uma educação básica para todos é imprescindível para incorporar efetivamente à vida democrática da Nação grandes contingentes populacionais até agora marginalizados da tomada de decisões. E uma educação básica igual para todos significa que a qualidade da educação deve ser também igual para todos, o que implica uma melhoria substancial dos meios e dos agentes educativos.

---

(1) *Educação para Todos, Caminho para a Mudança*.  
Ministério da Educação, Brasília, 1985.

Em *Educação para Todos*, reitera-se o inalienável compromisso de enfrentar o desafio de universalizar o acesso à escola, vencer o analfabetismo e proporcionar um atendimento educativo em crescentes níveis de qualidade.

Este desafio, dever do Estado, é também um compromisso da sociedade brasileira como um todo. Para isso, é fundamental a participação ativa e crítica dos grupos sociais.

Pode-se afirmar que o princípio fundamental de uma educação, que seja instrumento de uma sociedade democrática, é a participação, entendida como essência do ato democrático. Esse princípio deverá reger todo o "que fazer" educativo da sociedade, tanto no âmbito da gestão e da administração, como na oferta de oportunidades educativas e no tipo de educação que se oferecerá.

A educação básica concebida em *Educação para Todos* "é aquela que venha a possibilitar a leitura, a escrita e a compreensão da língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, bem como o domínio dos códigos sociais e outras informações indispensáveis ao posicionamento crítico do indivíduo face a sua realidade" (2).

O que se pretende com a educação? Sem dúvida essa não é uma questão a ser respondida só pelas pessoas que exercem a função pública, mas pela sociedade brasileira como um todo, através das instituições e entidades, criadas pela população.

O que é necessário transmitir da nossa cultura? O que se considera como os conteúdos mais representativos da sociedade brasileira, hoje? Quais os conteúdos que são e serão necessários para o homem brasileiro no mundo contemporâneo? Em uma sociedade democrática, essas respostas não provêm só dos especialistas e dos governantes, mas de um diálogo entre diversos setores sociais, a partir de seus quadros de valores particulares e de sua experiência histórica.

Os conteúdos da educação deverão estar relacionados, intencionalmente, a um amplo processo de participação social. É a partir dessa construção da

---

(2) *Educação para Todos*, p. 4.

mensagem educativa que será possível organizar os meios para melhorar a aprendizagem.

O funcionamento da democracia parece exigir, no mínimo, um conteúdo que deverá ser o núcleo da sua proposta educativa: que os homens se percebam como capazes de gerar alternativas de ação, como construtores de novas realidades.

"Numa perspectiva autoritária, tecnicista, elitista, tradicional, cabe aos técnicos a delimitação dos conteúdos programáticos que devem ser transferidos aos educandos pelos educadores.

Por outro lado, a prática espontaneísta, licenciosa, distorcendo a posição correta de respeito à liberdade do educando, termina por negar, a um só tempo, a necessária autoridade do educador e a liberdade que pretendeu ou que pensou respeitar. Neste clima, espontaneísta, uma espécie de 'deixa como está para ver como fica', o ato de conhecimento se perde por falta de seriedade e disciplina intelectual sem os quais o procedimento rigoroso de aproximação ao objeto não se verifica" (3).

A educação é um processo social intencional através do qual se procura facilitar certos aprendizados. Esses aprendizados implicam transformações na consciência dos indivíduos e nas suas formas de interagir entre si e com a realidade objetiva. Como ação intencional, a educação é um ato voluntário e político e implica momentos de planejamento e avaliação.

Em conseqüência, uma ação educativa que procura modificar as formas de compreender e atuar sobre a realidade, visando favorecer um desenvolvimento autônomo, deverá:

- questionar as representações sociais inibidoras da participação e as visões fragmentadas e fragmentadoras da realidade social;
- promover a construção de uma visão crítica da realidade;

---

(3) Paulo Freire — Prefácio — in Werthein, J. (org.),  
Educação de Adultos na América Latina, Philo-  
niblion Livros de Arte Ltda. (no prelo).

— facilitar o aprendizado de atitudes e habilidades, úteis para empreender ações alternativas que contribuam para superar situações problemáticas.

*Educação para Todos* destaca que “a educação básica extrapola os limites da ação meramente escolar e passa a compreender ações educativas para outros segmentos da população brasileira que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram fora prematuramente. Nesse sentido, compreenderá também o atendimento a toda população jovem e adulta não escolarizada pelo ensino regular” (4).

Neste grande esforço educacional que a sociedade brasileira estará doravante empenhada, caberá ao MOBREAL grande parcela de responsabilidade, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, através de ações educativas na modalidade não-formal.

Educação não-formal é definida como toda atividade educacional organizada e sistemática que ocorre fora das estruturas do sistema formal de ensino, a fim de prover formas de aprendizagem a grupos específicos da população.

No âmbito do MOBREAL, entende-se a educação não-formal como uma modalidade de trabalho educativo construída a partir das condições concretas da realidade social e econômica do jovem e adulto que, ao considerar suas necessidades de vida e possibilidades de tempo, baseia-se no princípio da flexibilidade de atendimento e de uso de metodologias alternativas.

Os conteúdos pedagógicos dessa modalidade de ensino têm como objetivo a democratização do saber sistematizado, implicando, por parte dessa população, o acesso e o domínio prático dos códigos de leitura, escrita e cálculo e de iniciação à sua história e geografia. Por outro lado, implica também tratar as experiências significativas de sua existência como conteúdo dessa prática educativa diretamente vinculada à realidade desse sujeito, obedecendo-se, sempre, o princípio de qualidade dessas ações pedagógicas.

---

(4) *Educação para Todos*, p. 4.

Com base nas atribuições do MOBRAL, sua ação educativa orienta-se pelos seguintes pressupostos:

— todos os homens devem ser sujeitos da educação, agentes diretamente envolvidos no processo de elaboração da mensagem educativa;

— a necessidade de aprender estende-se ao longo da vida toda;

— a educação é um processo social mais amplo que a escola, e é preciso promover todas as formas e recursos educativos possíveis, procurando integrá-los e constituir uma verdadeira rede de ações educativas;

— toda ação educativa deverá estimular e fortalecer a organização das pessoas em torno dos seus interesses;

— toda ação educativa deverá possibilitar uma análise crítica da realidade, o que significa tomar consciência dos condicionantes e dos espaços de ação que interagem em cada situação concreta.

Democratizar a gestão da educação, desde as unidades escolares até os órgãos do governo, implica uma efetiva descentralização da tomada de decisões, que não seja apenas uma delegação de tarefas burocráticas, nem um abandono pelos órgãos centrais de suas responsabilidades.

No MOBRAL, a descentralização não é um caminho de isenção de responsabilidades: ela deverá ser, eficientemente, acompanhada e avaliada por meio, fundamentalmente, da assistência técnica. Dessa forma, o MOBRAL manterá sua função de orientar e facilitar a gestão participativa, criando as condições necessárias e suficientes para a sua concretização.

### **3. PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Partindo da concepção de educação, contida em *Educação para Todos*, é possível definir princípios que

orientem as ações educativas do MOBRAL. Esses permitirão formular as ações concretas e avaliar o seu desenvolvimento, garantindo a coerência entre os diferentes níveis de operacionalização.

Coerente com os postulados do Ministério da Educação e da *Educação para Todos*, o MOBRAL identifica dois princípios de ação essenciais:

- a) participação;
- b) integração.

### *Participação*

A participação pressupõe a garantia de que as ações educativas contribuam na construção cotidiana de uma sociedade democrática.

Não se trata de definir em que âmbito a população deverá participar ou de preparar programas de treinamento para que aprenda a participar. Trata-se de abrir espaços e cooperar com grupos dispostos a ocupá-los.

Uma participação "cega" não é o objetivo. Na medida em que aumentam o nível de compreensão crítica da realidade e o grau de organização, crescem as possibilidades de reivindicar maior participação. É a partir da consciência dos interesses próprios que as pessoas poderão tomar decisões livres.

Os interesses nos quais se fundamentarão as decisões no momento da efetiva participação são interesses sociais. Eles são determinados pela posição que os segmentos sociais ocupam na estrutura social. A possibilidade de tomar decisões e de agir alicerça-se nessa comunidade de interesses, materializada numa situação histórica concreta por formas de organização, que permitam interferir politicamente.

Avançar nos níveis de consciência e de organização significa incrementar, cada vez mais, o nível da participação.

### *Integração*

A assunção de sistemas de necessidades, sentidas e definidas por diferentes grupos sociais, traz, como corolário, a discussão do papel do Estado frente à questão da qualidade de vida de sua população, princi-

palmente aqueles segmentos submetidos à privação econômica e cultural.

Quanto à educação, ela não assume a sua função social se for tratada e mantida como um fato social independente. Torna-se necessário incorporar a educação ao desenvolvimento social, tornando-a parte integrante desse processo. Em conseqüência, afirma-se o princípio dialético da autonomia-interdependência, na medida em que as instituições sociais reservam-se, ao mesmo tempo, áreas de ação específicas e estritamente demarcadas, e se encontram organizadas segundo o pressuposto da integração e articulação de suas partes. Nessa dimensão, a integração se transforma em um programa para a ação institucional.

A integração, enfocada sob outro ângulo, implica entender a realidade como totalidade, a educação como uma dimensão do agir social e, a partir dessa compreensão, propor formas de intervenção que respeitem essa integralidade. A integralidade é uma característica essencial da própria realidade, que se pretende modificar. É preciso entender as atividades educativas como parte do processo social para entendê-las corretamente, sem distorções.

O saber gerado na prática do fazer cotidiano do grupo não pode ser separado do saber sistematizado, que é repassado à comunidade, através de atividades educativas formais ou não-formais. Separados, ambos os saberes perdem a força. É na reunião de ambos que cresce e se desenvolve o processo de produção cultural. A integração significa, em conseqüência, que toda ação educativa deve entender-se e assumir-se como uma atividade da vida cultural do grupo, e que se inter-relaciona com outras atividades sociais.

#### **4. ATRIBUIÇÕES DO MOBREAL**

Dentro de sua nova proposta institucional, são as seguintes as atribuições do MOBREAL:

- desenvolver, fomentar e implementar ações educativas, voltadas para a educação básica de jovens e adultos;
- desenvolver, fomentar e implementar

ações de capacitação para o professor leigo de sua rede.

## 5. LINHAS DE AÇÃO

Para o atendimento das atribuições do MOBREAL, são sugeridas as seguintes linhas de ação:

a) De caráter geral:

- usar agentes e ambientes não-conven-  
cionais em educação, que se associem à  
cultura da população;
- dinamizar os recursos próprios da co-  
munidade em termos de práticas educati-  
vas e culturais comunitárias (associações  
de moradores, grupos de mães e jovens,  
sindicatos, igrejas, etc.);
- capacitar agentes educativos, prefe-  
rencialmente da própria comunidade;
- utilizar os meios de comunicação de  
massa como recurso educativo (por  
exemplo: teatro, circo, TV, rádio, jornal,  
etc.);
- aplicar técnicas de aprendizagem gru-  
pal não-formal, dirigidas ao desenvolvi-  
mento do pensamento reflexivo e à for-  
mação cultural-educativa dos grupos e da  
comunidade;
- considerar e valorizar as característi-  
cas da cultura local e suas experiências  
históricas como fonte de conhecimento  
na organização das situações de aprendi-  
zagem grupal e comunitária;
- integrar a comunidade no diagnóstico,  
implementação e avaliação do plano de  
trabalho do programa de alfabetização e  
pós-alfabetização;
- revalorizar o tempo livre como espaço  
para uma ação educativa não-formal;
- reconhecer as potencialidades criati-  
vas da pessoa humana e da comunidade e

de sua capacidade para modificar as condições em que transcorre sua existência, sem aguardar soluções dadas de fora;

— trabalhar com a realidade da comunidade para que se conheçam e compreendam os processos econômicos, sociais e culturais que se dão na sociedade e as formas pelas quais se expressam em nível nacional, local e comunitário;

— assegurar possibilidades reais de transferência à comunidade de conhecimentos e atitudes intelectuais e manuais, que permitam acelerar sua melhoria econômica e social.

#### b) De caráter específico:

No que se refere à educação básica de jovens e adultos:

— desenvolver um programa de educação para a população analfabeta ou de escolaridade precária, fora da escola, sob a modalidade não-formal;

— elaborar e promover alternativas de atendimento educacional para essa população, levando em conta:

- o desenvolvimento da leitura crítica da realidade em que se encontra socialmente organizada;
- as especificidades de sua inserção no mercado de trabalho;
- a realidade cultural e suas manifestações;
- a flexibilidade de conteúdos, respeitados os "mínimos educacionais";
- a duração e um sistema de entradas e saídas que permitam a adequabilidade ao interesse, tempo e horário do participante;

— interagir com empresas e sindicatos a fim de promover a educação básica do trabalhador rural e da indústria;

— atuar junto a públicos especiais, com programas de educação básica na modalidade não-formal, especialmente desenhados para comunidades abertas ou fechadas;

— elaborar programas especiais para a população jovem e adulta, inserida em áreas sujeitas à intensa ordenação e reordenação social e econômica (ações de reforma agrária, colonização agrícola, fronteiras agrícolas);

— eleger áreas prioritárias de ação educativa onde incidem altas taxas de analfabetismo jovem e adulto e, principalmente, integrar-se no Projeto Nordeste.

No que se refere à capacitação do professor leigo:

— capacitar progressivamente o professor leigo que desempenha as funções de alfabetizador do MOBRAL;

— elevar a qualidade do professor leigo que se encontra em exercício no sistema regular, através de programas de reposição de escolaridade, principalmente para aqueles que não possuem o 1.º grau completo;

— montar esquemas de supervisão especializada para acompanhamento e avaliação da capacitação do professor leigo;

— articular-se com outras entidades vinculadas ao MEC, a fim de adotar ações conjuntas de formação pedagógica do professor leigo.

Impresso nas oficinas gráficas da  
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF  
Rio de Janeiro, outubro de 1985